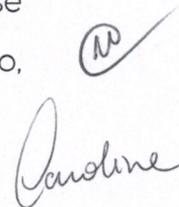


1 ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO FÓRUM MATO-GROSSENSE DE
2 MUDANÇAS CLIMÁTICAS - 01/11/2018

3
4
5 **Abertura da reunião:** No primeiro dia do mês de novembro do ano de dois
6 mil e dezoito, às 14h00, reuniram-se os presentes, conforme lista em anexo,
7 com a Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de Mudanças
8 Climáticas (FMMC), no Auditório do Parque Massairo Okamura, em Cuiabá,
9 dando início à segunda reunião ordinária do Fórum no ano de 2018. **Pauta**
10 **da reunião:** Apresentação da proposta do Subprograma Indígena (Mônica
11 Leal); Apresentação do Projeto GCF/PNUC/SEMA/ICV: "Valorizando as
12 florestas de Mato Grosso"; Reativação do GT de Salvaguardas de REDD de
13 MT; Aprovação do calendário 2019. **Boas vindas e Abertura:** Na ausência
14 do Presidente do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas, Sr. André
15 Luís Torres Baby, a Coordenadora de Mudanças Climáticas e REDD+, da
16 Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Sra. Alcilene Souza, acolheu aos
17 convidados e iniciou a Reunião às 14h 05min. Em seguida, apresentou a
18 pauta da reunião. A convidada Mônica Leal, consultora contratada pela
19 Cooperação técnica alemã (GIZ) para consolidar os resultados das oficinas
20 indígenas em uma proposta de subprograma para os territórios indígenas
21 de Mato Grosso no âmbito do Programa REM-MT, solicitou que a ordem da
22 pauta apresentada fosse alterada, justificando que não poderia dar início à
23 apresentação do processo de consulta e elaboração do subprograma na
24 ausência dos representantes da Federação Indígena do Estado de Mato
25 Grosso (FEPOIMT), que ainda não se faziam presentes. Alcilene acolheu a
26 solicitação, de modo que a reunião teve o projeto GCF/PNUC como primeiro
27 tema para apreciação. A Sra. Renata Costa, assessora técnica da GIZ,
28 solicitou uma rodada de apresentações antes de iniciar as apresentações e
29 discussões do dia. A sugestão também foi acatada e os participantes se
30 apresentaram. Projeto GCF/PNUC/SEMA/ICV: A Sra. Caroline Chichorro,

 Caroline

31 analista de meio ambiente lotada na CMCR/SEMA apresentou, em linhas
32 gerais, o projeto do GCF, a ser executado em parceria com o Instituto Centro
33 de Vida (ICV), passando a palavra para a Sra. Alice Thualt, representante do
34 ICV, para complementações. Alice pontuou se tratar de um recurso
35 pequeno, mas que poderia ser utilizado para alavancar novos projetos para
36 o estado. O Sr. Jorge Tadeu, representante da OAB, questionou se as
37 informações acerca do projeto estariam disponíveis no site da SEMA e por
38 qual motivo não haviam sido compartilhadas juntamente ao convite da
39 reunião. Alcilene pediu desculpas pela falha da Secretaria em não ter
40 disponibilizado informações sobre o projeto no site da Sema até o momento
41 e justificou se tratar de um projeto ainda em fase de ajustes, de modo que
42 a Secretaria tornaria as informações públicas quando o delineamento das
43 ações estivesse concluído. O Sr. Luiz Francisco, analista de meio ambiente
44 lotada na CMCR/SEMA, sugeriu compartilhar as informações pelo *Google*
45 *drive* para as próximas reuniões. A sugestão foi acolhida pelos demais
46 participantes. Caroline comentou que a primeira ação do projeto prevê
47 capacitação no âmbito do FMNC e que, embora a Secretaria Executiva do
48 Fórum já tivesse identificado possíveis temas para as capacitações, os
49 membros poderiam sugerir temas nos quais houvesse necessidade de se
50 capacitarem. A Sra. Vânia Márcia, Gerente de Conhecimento Ambiental,
51 perguntou sobre o levantamento sócio produtivo das populações
52 tradicionais. Renata disse que o recurso do GCF é curto e que a GIZ está
53 construindo isso junto com a Secretaria de Agricultura familiar (SEAF) e o
54 Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM). Esse produto ainda estaria
55 inconsistente. Mas esclareceu que existe uma estratégia de comunicação no
56 âmbito do Programa REM e que, como o primeiro desembolso do Programa
57 não havia sido liberado até o momento, nada tinha sido implementado.
58 Carolina Carvalho sugeriu "políticas indigenistas" como possível tema de
59 capacitação pelo Projeto GCF. Vânia sugeriu resgatar iniciativa semelhante
60 ocorrida no Fórum dos governadores da Amazônia Legal na Rio+20, onde foi
61 feita lista de demanda de capacitações. **Apresentação do Subprograma**


Caroline

62 **Indígena:** Mônica iniciou a apresentação do processo de construção do
63 Subprograma Indígena. Observou que o Programa REM consiste em
64 "pagamento por resultados", mas, além disso, em apoiar a conservação das
65 florestas e contribuir com estratégias de desenvolvimento pautada na
66 conservação e nas mudanças climáticas. Mônica pontuou que processo
67 diferenciado de construção do referido subprograma, respeitando os
68 Acordos relacionados (OIT169), em especial a diretriz de consentimentos
69 prévio, livre e informado (CLPI). Comentou que Mato Grosso realizou um
70 processo muito organizado e participativo para a construção do
71 subprograma, destacando-se como um processo bastante positivo.
72 Concluída a apresentação, Mônica abriu espaço para uma rodada de
73 perguntas. Alcilene perguntou qual o total de indígenas a serem beneficiados
74 pelo subprograma. Mônica disse que depende do que será implementado e
75 de quais regionais indígenas serão contempladas. A Sra. Eliane Lima,
76 representante da FEPOIMT, respondeu que, segundo o censo do IBGE 2010,
77 há no estado cerca de 50.000 indígenas e que se espera que todas as
78 etnias/territórios sejam contempladas minimamente pelo subprograma.
79 Jorge perguntou se há uma descrição maior dos temas prioritários
80 relatados na apresentação. Mônica disse que sim e que seria importante
81 atrelar os temas levantados nas oficinas de construção do subprograma
82 indígena à Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras
83 Indígenas (PNGATI). Jorge perguntou, também, o que seria a "zona de
84 amortecimento" relacionada a territórios indígenas. Mônica disse se tratar
85 de área relacionada à fronteira agrícola do estado frente aos territórios
86 indígenas. Luiz Francisco questionou sobre tempo necessário e custos para
87 se elaborar um plano de gestão territorial nos moldes da PNGATI. Renata
88 respondeu que, a médio prazo, de 2 a 5 anos, caso haja acordos pré-
89 estabelecidos ou algum tipo de organização no território indígena. Quanto
90 ao custo, disse que o valor a ser investido depende das opções do povo
91 indígena que está elaborando o plano, tais como se o plano será elaborado
92 para uma ou todas aldeias daquele povo, por exemplo. Luís Francisco

@

Luiz Francisco

93 questionou, também, sobre o risco do KFW não querer honrar / continuar o
94 programa REM em decorrência do Presidente eleito. Renata respondeu que
95 se o desmatamento continuar sendo reduzido, o acordo será mantido. Alice
96 ponderou que os dados do PRODES sairiam em breve e que poderiam servir
97 de base para tal resposta. Alcilene entendeu que o assunto fugia a pauta e,
98 tentando retomar o tema subprograma indígena, passou a palavra para
99 Fernando Sampaio, vice coordenador do Programa REM-MT e Secretário
100 Executivo da Estratégia PCI. Fernando perguntou o que estaria faltando
101 para a conclusão do Subprograma Indígena. Mônica afirmou faltar delinear
102 as ações para cada povo indígena, estabelecer metodologia da consulta e
103 realizar a consulta aos povos indígenas acerca do subprograma proposto. A
104 Sra. Carolina, representante da FUNAI, perguntou se o Subprograma será
105 apresentado na COP24 e se tal apresentação seria um marco a ser
106 cumprido. Mônica disse que seria interessante apresentar o Subprograma
107 na COP tendo em vista que o processo de construção, em Mato Grosso, foi
108 muito rico e organizado e aconteceu de forma mais abrangente que no Acre,
109 além de terem sido cumpridos todos os rituais previstos na OIT 169 (CLPI).
110 São poucas as experiências no mundo que cumpriram toda a OIT. Renata
111 ponderou achar tal apresentação prematura e que, pelo fato de o
112 subprograma não estar aprovado pelos povos indígenas até a COP, estaria
113 ainda em uma fase "interna". Eliane disse que os povos indígenas ainda não
114 teriam sido consultados e que achava melhor não apresentar o
115 subprograma nessas condições. Leonardo, representante da SEAF, avaliou
116 que seria interessante para o próprio governo apresentar pelo menos o
117 processo de construção do subprograma. Mônica complementou que tal
118 apresentação poderia servir, inclusive, para alavancar novos recursos.
119 Ponderou que dois dos temas levantados nas oficinas seriam primordiais em
120 relação ao subprograma indígena: a gestão ambiental e o fortalecimento
121 institucional, essenciais para buscar outras fontes de recursos. Carolina
122 perguntou, também, se seriam apresentados os outros subprogramas do
123 Programa REM e quando sairia o primeiro desembolso. Alcilene respondeu


Alcilene

124 que naquela reunião não seriam tratados os outros subprogramas.
125 Fernando respondeu que ainda precisariam ser concluídos três documentos
126 condicionantes do desembolso: o manual operacional (MOP), a repartição
127 de benefícios e o Plano de investimentos (PDI), os quais, embora já tenham
128 sido submetidos ao KfW, precisariam de alguns ajustes. Fernando estimou
129 que o desembolso deverá acontecer em dezembro de 2018. Alcilene
130 ponderou que é um processo burocrático e cheio de detalhes e que, além
131 de todos os documentos, haveria, ainda, a questão da negociação com a
132 Comissão nacional para REDD (CONAREDD) sobre o ano florestal e as
133 exigências expressas nas resoluções da CONAREDD. Jorge questionou se o
134 Programa KfW REM teria alguma relação com a MT-PAR. Alcilene
135 respondeu que não. Perguntou, então, se o PDI seria apresentado no
136 Conselho de REDD+ ou ao CEGERM e se o recurso já estaria no FUNBIO.
137 Fernando respondeu que o PDI seria apresentado ao CEGREM e que o
138 recurso só seria disponibilizado após publicação da resolução CONAREDD
139 sobre as reduções a serem alocadas ao Programa REM na Info Hub Brasil.
140 Alice recomendou que o PDI fosse apresentado à sociedade civil para dar
141 transparência ao Programa, além de que seja pensado submeter o PDI à
142 provação do Conselho de REDD+ na próxima fase do Programa (próximo
143 desembolso). Jorge questionou de o Conselho de REDD "chancelaria"
144 alguma coisa referente ao Programa REM. Alcilene esclareceu que sim, como
145 já aprovou a estrutura de governança e a Repartição de Benefícios. Carolina,
146 da FUNAI, perguntou se haveria alguma consulta à sociedade sobre o
147 subprograma indígena, após Assembleia FEPOIMT. Alcilene respondeu que
148 o subprograma deverá passar pelo crivo do Conselho de REDD+. Eliane
149 alertou que o processo precisaria estar concluído ainda neste governo, na
150 Assembleia FEPOIMT. Ponderou que o governo não teria condições de
151 realizar outra consulta pública nos moldes da Assembleia da FEPOIMT, nem
152 tempo hábil. Mônica informou que, se o Governo e a FEPOIMT entenderem
153 que o programa está a contento de ambos, o processo poderia ser concluído
154 ainda esse ano. Eliane externalizou preocupações com o MOP. Solicitou que


Alciline

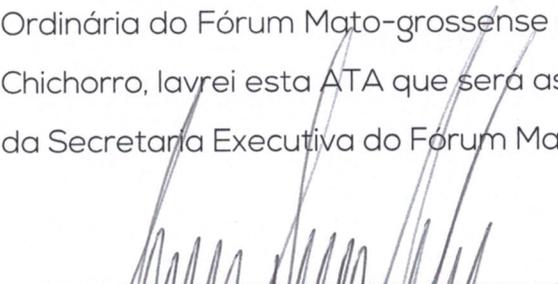
155 o documento fosse compartilhado com a FEPOIMT, que os indígenas
156 gostariam de contribuir e que haveria indígenas preparados para lidar com
157 questões administrativas, com editais e com discussões sobre o MOP.
158 Alcilene pediu para que a pauta fosse retomada, pois tal assunto não
159 constava na pauta. Jorge interveio e pediu que a coordenação do programa
160 encaminhasse o documento para a FEPOIMT. Renata explicou que o MOP é
161 um documento administrativo, operacional, que contém regras, critérios de
162 elegibilidade/exclusão de projetos, procedimentos, etc. e que um MOP
163 adaptado para o Subprograma Indígena só poderia ser escrito quando o
164 Subprograma Indígena estivesse pronto. Fernando informou que estava
165 tentando um horário com a FEPOIMT na semana seguinte para apresentar
166 e discutir o MOP com a diretoria da Federação. **GT de salvaguardas:**
167 Alcilene introduziu o tema Salvaguardas lembrando a constituição do
168 FMCC e os GTs existentes. Lembrou o trabalho do GT Salvaguardas
169 baseado na metodologia REDD-SES e da construção dos indicadores de
170 salvaguardas de Mato Grosso. Ponderou que os indicadores serviriam para
171 avaliar se os programas atendem às salvaguardas de REDD+. Informou que
172 o processo de construção de Salvaguardas nacionais e do sistema nacional
173 de salvaguardas deverá ser concluído em breve e que o sistema estadual e
174 seus indicadores precisarão estar alinhados ao sistema nacional. Por esta
175 razão, a pedido de um membro representante das ONGs no Conselho de
176 REDD+, o GT de Salvaguardas deveria ser reativado para discutir esse
177 alinhamento entre os indicadores de salvaguardas do estado com os
178 nacionais. Foi sugerida a data de 09 de novembro para o encontro do GT
179 Salvaguardas e que o convite, bem como material para discussão, fosse
180 encaminhado por e-mail aos membros do GT. **Proposta de calendário para**
181 **2019.** A coordenadora de mudanças climáticas e REDD+ apresentou a
182 proposta de calendário para as quatro reuniões ordinárias do FMCC em
183 2019. Os participantes, não tendo nada a declarar, aprovaram o calendário.
184 **Encerramento:** Tendo atendido a todos os itens da pauta, a Sra. Alcilene
185 agradeceu à participação de todos e encerrou, às 17h, a 2ª Reunião


Alcilene

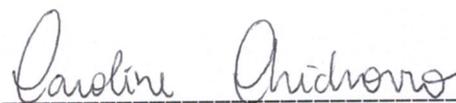
186 Ordinária do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas e eu, Caroline
187 Chichorro, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e por membro
188 da Secretaria Executiva do Fórum Mato-grossense de Mudanças Climáticas.

189

190



ALEX SANDRO MAREGA
Secretário Executivo da
SEMA/MT



CAROLINE CHICHORRO
Membro da Secretaria
Executiva do Fórum Mato-
grossense de Mudanças
Climáticas